

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE JORNALISMO

Luan Gabriel Alves de Oliveira

AO CENTRO, LULA:

o neoliberalismo no editorial da Folha de São Paulo sobre a vitória de Lula (PT) nas eleições
de 2022

Maceió/AL

2024

LUAN GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA

AO CENTRO, LULA:

o neoliberalismo no editorial da Folha de São Paulo sobre a vitória de Lula (PT) nas eleições de 2022

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientador: Mercia Sylvianne Rodrigues Pimentel

Maceió/AL

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA)
Curso de Jornalismo (antigo Curso de Comunicação)

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TCC para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo
(antigo bacharelado em Comunicação Social – hab. Jornalismo)

Aos 21 dias do mês de outubro do ano de 2024, das 10h às 11h30h, realizou-se no Curso de Jornalismo, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), a sessão virtual de apresentação do Trabalho de Conclusão de curso (TCC), via plataforma Google Meet, intitulado “**Ao Centro, Lula**”: o neoliberalismo no editorial da Folha de São Paulo sobre a vitória de Lula (PT) nas eleições de 2022, do graduando **Luan Gabriel Alves de Oliveira**, matrícula **19110461**, do Curso de Jornalismo, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Bacharel. A banca foi composta pelo prof. Dr. **Helson Flávio da Silva Sobrinho** (1º examinador), pela profa. Dra. **Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires** (2ª examinadora) e pela profa. Dra. **Mercia Sylvianne Rodrigues Pimentel** (orientadora). Após exposição oral sintetizando o TCC, o graduando foi arguido pelos membros da banca e em seguida respondeu aos questionamentos levantados. Ao fim da sessão, a banca se reuniu em particular o TCC foi considerado:

- (x) Aprovado, atribuindo-lhe a nota 10,0
() Reprovado
() Aprovado, condicionado a reformulação, devendo o graduando entregar uma segunda versão de seu trabalho em prazo não superior a _____ dias úteis.

Subscrevemo-nos

Documento assinado digitalmente
gov.br **MERCIA SYLVIANNE RODRIGUES PIMENTEL**
Data: 21/10/2024 11:47:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MERCIA SYLVIANNE RODRIGUES PIMENTEL (orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br **HELSON FLAVIO DA SILVA SOBRINHO**
Data: 21/10/2024 17:58:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HELSON FLÁVIO DA SILVA SOBRINHO (1º examinador)

Documento assinado digitalmente
gov.br **LIDIA MARIA MARINHO DA PUREZA RAMIRES**
Data: 23/10/2024 22:54:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LÍDIA MARIA MARINHO DA PUREZA RAMIRES (2ª examinadora)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE JORNALISMO**

“Ao Centro, Lula”: o neoliberalismo no editorial da Folha de São Paulo sobre a vitória de Lula (PT) nas eleições de 2022

Luan Gabriel Alves de Oliveira¹
Mercia Sylvianne Rodrigues Pimentel²

Resumo

Este trabalho estuda o editorial publicado pelo jornal Folha de S. Paulo após o resultado das eleições de 2022. Com a Análise do Discurso e uma bibliografia multidisciplinar como dispositivos teóricos-metodológicos, foram analisadas seis sequências discursivas do texto. Dentre outras considerações, conclui-se que o jornal diminui a vitória de Lula (PT) e indica que o mesmo deveria evitar perturbações à ordem liberal e às elites.

Palavras-chave: Jornalismo; eleições; análise do discurso; editoriais; política.

Abstract

This work studies the editorial published by the newspaper Folha de S. Paulo after the results of the 2022 elections. With Pechêux's Discourse Analysis and a multidisciplinary bibliography as theoretical-methodological devices, we analysed six discursive sequences of the text. Among other considerations, we concluded that the newspaper reduced Lula's (PT) victory, pointing that he should also avoid disturbing the capitalist order and the elites.

Keywords: Journalism; elections; discourse analysis; editorials; politics.

¹ Graduando em Jornalismo pelo Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, da Universidade Federal de Alagoas.

² Professora do Curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Universidade Federal de Alagoas.

1. Introdução

Embora toda eleição clame para si o título de histórica, poucas podem dizer que definiram tanto os rumos de uma República quanto a de 2022. Ocorrida em um contexto de ‘Onda Rosa 2.0’ na América Latina e a queda (como nos EUA) – ou consolidação (como na Nicarágua) – de lideranças iliberais mundo afora, ela simbolizou a vez do Brasil de escolher entre uma democracia liberal ou a continuidade da gestão de Jair Bolsonaro, que em 2018 foi “eleito sob um discurso autoritário, machista e homofóbico, defensor da tortura e de torturadores e tratou de implementar uma agenda de retrocessos na área de direitos humanos” (Papi, *et al*, 2024, p. 192).

Essa mesma eleição trouxe desdobramentos inéditos para a Democracia Brasileira, da tentativa de golpe deflagrada em janeiro de 2023 por apoiadores do candidato derrotado à presença de duas mulheres indígenas ocupando chefias ministeriais. O caminho até o dia 30 de outubro foi repleto de reviravoltas, até com tentativas intensivas de impedir eleitores de votar por parte de órgãos de estado como a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O objetivo deste trabalho é compreender os efeitos de sentido presentes na página do editorial de um dos maiores jornais do país, a Folha de S. Paulo (FSP) – mais especificamente em seu editorial do dia 1º de novembro de 2022, um dia após o segundo turno das eleições presidenciais.

Como um representante da opinião do jornal enquanto instituição, o editorial pode nos indicar muito sobre qual será a tônica da FSP em relação a gestão recém-eleita e também a compreender mais sobre as produções ideológicas presentes nas páginas anteriores.

Buscar ir além das palavras exige o uso de uma metodologia que auxilie na compreensão das construções históricas e ideológicas presentes na linguagem – para além também do dito. Como coloca Eni Orlandi (2009, p. 21):

[...] não se trata de transmissão de informação apenas, [...] pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente a transmissão de informação.

Por isso, nos guiamos pela Análise do Discurso em sua linha pecheutiana, traduzida e expandida por Eni Orlandi no Brasil, e uma bibliografia multidisciplinar. Foram selecionadas seis sequências discursivas do editorial para análise aprofundada de suas implicações históricas e ideológicas.

Essas implicações são informadas também pela constituição do sujeito. Como coloca Michel Pechêux (1988, p. 160) “[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma preposição etc., não existe ‘em si mesmo’, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual [...] são produzidas”.

Conheceremos, primeiramente, a Folha de S. Paulo, sua construção e seu posicionamento no mercado de comunicação do Brasil. Em seguida, no decorrer da análise, costuraremos mais sobre os contextos sócio-históricos que informam a construção discursiva das sequências.

2. Folha de S. Paulo e suas condições de produção

Fundada em 1921, a Folha de S. Paulo (FSP) é um dos mais antigos e tradicionais periódicos do país, podendo se encaixar bem como um “jornal de referência”, ou seja, “que serve interna e externamente de referência – tanto para a elite formadora de opinião, como para os meios de comunicação – sobre uma parcela do mundo público, qual seja, o país ao qual se dirige” (Zamin, 2014, p. 939).

O veículo passou por diversas transformações ao longo de suas décadas de existência, uma das mais marcantes foi o “Projeto Folha”, que decorreu nos anos 80, durante a redemocratização do país, que buscava formalizar as diretrizes editoriais da Folha de S. Paulo e, com isso, reformar sua estrutura (Muniz, 1999).

O resultado foi disponibilizado ao público à época de sua criação, e atualmente ele e todas as suas atualizações se encontram disponíveis no site do veículo, sendo o primeiro do país a divulgar seu manual ao público (Cristóvão, 2012). Entre as mudanças que o novo manual trazia para a cultura organizacional do veículo, “a Folha implantou o controle de produção, a avaliação profissional, as reuniões feitas exclusivamente para críticas e a introdução do concurso como forma de neutralizar a admissão de novos funcionários” (Albuquerque; Holzbach, 2008, p.156).

Foi por meio de seus editoriais que o periódico consolidou de vez sua mais recente personificação: a de um veículo liberal-progressista que defende a liberdade individual e de iniciativa como partes indissociáveis rumo a *um* progresso (Muniz, 1999, p. 176-177). Inicialmente com críticas a empresas estatais, o veículo avançou para o incentivo à entrada do capital estrangeiro no país e afirmou sua predileção pelo neoliberalismo no editorial *Menos governo, menos miséria*, publicado às vésperas das eleições presidenciais que alçaram Fernando Collor ao poder, onde “quixotesicamente declarava que o momento era de luta, com

o máximo vigor, contra as desigualdades sociais de uma estrutura econômica que estava entre as mais injustas de todo o planeta” (Muniz, 1999, p. 113).

Em 2017, o veículo publicou uma versão atualizada de seu Projeto Editorial, junto de um documento com uma atualização de seus compromissos. Nele, “o jornal mantém uma perspectiva liberal diante da economia, da política e dos costumes. Reitera que procura praticar um jornalismo crítico, apartidário e pluralista” (Folha de S. Paulo, 2019, online). Esses três adjetivos são uma constante nas várias versões dos manuais de redação da Folha. Crítico, apartidário e pluralista podem parecer termos contraditórios, e o próprio veículo se dá a ressalva de tomar posição em algumas questões em seu manual. Albuquerque e Holzbach (2008) pontuam que “tal posição não implica necessariamente uma contradição. Ela faz sentido como parte de uma estratégia de reivindicação pelo jornal de um lugar transcendente na vida política do país, acima dos partidos políticos e das instituições de um modo geral” (2008, p. 162).

Neste mesmo documento, o veículo destaca o seu compromisso de garantir a sustentabilidade financeira de seu jornalismo, garantindo “autonomia em relação a interesses de anunciantes” (Folha de S. Paulo, 2019, online). Como empresa privada, a Folha, assim como a maioria dos veículos, não divulga dados sobre seu financiamento, não sendo possível aferir se tal compromisso é mantido. A perspectiva liberal diante da economia do veículo, contudo, comumente alinha o conteúdo de suas páginas aos interesses dos principais atores do mercado. Tal paradoxo foi sublinhado por Muniz (1999) em sua dissertação sobre as mudanças editoriais do veículo:

[...] percebemos uma afirmação da condição de indústria cultural da Folha de São Paulo, ao assimilar a proposta que os donos do mercado (seus anunciantes) impunham, para que continuasse recebendo seus anúncios e pudesse sobreviver enquanto empresa. Tal mudança de linha editorial não significava, entretanto, uma mudança exigida pelo seu leitorado, como afirmou em várias ocasiões (Muniz, 1999, p. 169).

Esse equilíbrio delicado entre as necessidades dos anunciantes e os anseios do público é mantido com graus variados de sucesso pelo veículo. Enquanto era vista com certo grau de desconfiança pelo mercado devido a suas visões “politicamente mais avançadas” (Silva *apud* Muniz, 1999, p. 170-171)³, a Folha jamais poderia se posicionar como anti-*establishment* pelo risco de ser expelida do mercado que atuava.

³ Não foi possível conferir o texto no original, pois o mesmo não foi digitalizado, se encontrando apenas em repositório físico.

A FSP é um jornal que construiu, com suas décadas de existência, a reputação de um dos mais prestigiados do país, com posicionamentos políticos compatíveis com o liberalismo econômico e o progressismo social.

Em momentos de inflexão política, a Folha muitas vezes fez coro a vozes que derrubaram presidentes. O medo de as ações do governo conduzirem a uma catástrofe política e econômica que leve a um momento difícil na vida dos cidadãos é uma constante na vida brasileira, com construções como “o fantasma da inflação” presentes no repertório jornalístico. Nicole Thaís Roth aponta que o jornal, ciente destas construções, cria uma justificativa para a necessidade da mudança de governo “apontando o que há de errado no país e em seus governantes; com um sentido muito presente de insegurança, o que aciona uma resposta emocional no leitor” (Roth, 2018, p. 66).

3. Luiz Inácio Lula da Silva: “eleito por rejeição”

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para o seu terceiro mandato como presidente da República no dia 30 de outubro de 2022. Na noite dessa mesma data, a Folha de S. Paulo publicou em seu website um editorial a respeito, que esteve na capa de seu jornal impresso no dia seguinte. “Ao Centro, Lula” era o título do texto. Nesta primeira seção, foram selecionadas 3 sequências discursivas (SD) focadas na construção da vitória do petista no editorial do jornal.

Tabela 1: Sequências discursivas do editorial da FSP sobre a eleição de Lula

SD	Texto
1	[...] em seus momentos mais virtuosos, o petista soube aproveitar com responsabilidade as vantagens do bom momento econômico global na década retrasada e das transformações demográficas do Brasil.
2	Muito do triunfo lulista se deve também à firme e mais do que justificada rejeição de metade do eleitorado a seu oponente, Jair Bolsonaro (PL), o primeiro presidente a perder a disputa no cargo desde que o país adotou a reeleição

3	O presidente eleito – com a menor margem de votos desde a redemocratização – é também rejeitado por parcela expressiva e influente da sociedade
---	---

Fonte: produção autoral, 2023.

Na SD1, vemos o único momento de todo o texto onde realizações positivas anteriores do petista são postas. Vemos nas entrelinhas dessa sequência discursiva, contudo, que essas conquistas são relativizadas pelo veículo, que afirma que elas vieram somente ‘em seus momentos mais virtuosos’, e que se tratou do mero aproveitamento de um bom momento externo e interno.

Dentro das discussões sobre os primeiros governos de Lula, esse discurso se encontra amparado em um lugar-comum no qual o clima exterior e interior foi determinante para o sucesso da gestão. É o que Pêcheux denomina de Formação Discursiva, “aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 1995, p. 160). Essa Formação Discursiva, que chamaremos de FD do *Boom* Econômico, ajuda a sustentar discursos anteriormente concebidos sobre a capacidade administrativa de Lula e da esquerda no geral sem desaguar em um negacionismo total da situação econômica positiva do país.

Durante o início do século XXI, o mundo passava por um *boom* das *commodities*, quando o valor de matérias primas subiu consideravelmente, alavancado pelo rápido desenvolvimento de alguns países, especialmente a China, e sua demanda por esses recursos. Igor Palma Barbosa afirma em seu trabalho sobre esse fenômeno e o governo Lula que, na esteira desses acontecimentos, a ação diplomática da gestão “foi marcada por uma defesa ostensiva da liberalização do comércio agrícola” (2020, p. 149). A coincidência de agendas entre o governo federal e a Folha, aqui, não foi o bastante para render elogios ao desempenho petista no editorial. Como pontua Barbosa (2020):

O governo Lula (2003-2010) ficou marcado pelo ineditismo de conseguir vincular crescimento econômico a demandas sociais. A expansão do setor primário exportador permitiu a criação de reservas cambiais com a ampla entrada de divisas via comércio internacional, dando as condições de sustento inicial para suas políticas sociais. (Barbosa, 2020, p. 2)

Em contraponto ao discurso implícito na SD1 de que Lula teria apenas “surfado” com relativa competência em uma onda de supervalorização de matéria-prima, Barbosa (2020)

afirma que várias medidas do Governo Federal foram importantes para o crescimento observado à época, como a própria busca por maior liberalização no setor agrícola em fóruns internacionais, a criação de programas de transferência de renda e um aumento no investimento estatal.

Em seguida, o editorial traz um segundo responsável pela eleição de Lula: a rejeição ao governo de Jair Bolsonaro (2018-2022). A avaliação de que a rejeição ao governo Bolsonaro e a eleição de Lula andam juntas não é inédita na Folha de S. Paulo e nem única a ela. Em texto anterior, intitulado *Frustração o com governo Bolsonaro e risco PT afetam cenário econômico, dizem especialistas* (FOLHA DE S. PAULO, 2021, online), por exemplo, o veículo já produzia “um efeito-sentido de que tanto o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, quanto Lula são ineficientes no que se refere à gestão econômica” (Oliveira et al., 2021, p. 5). Além disso, o texto também sugere que *Bolsonaro e risco PT*, isto é, o que seria um ‘perigo’ de um terceiro mandato de Lula, andam de mãos dadas, um sentido que volta a aparecer no editorial do dia 30 de outubro. Leia-se:

SD 2: Muito do triunfo lulista se deve também à firme e mais do que justificada rejeição de metade do eleitorado a seu oponente, Jair Bolsonaro (PL), o primeiro presidente a perder a disputa no cargo desde que o país adotou a reeleição

Ambos os presidentes aqui compartilham também o ineditismo: “o primeiro presidente a perder disputa no cargo” e “o primeiro brasileiro a ser eleito por três vezes para a Presidência da República”, ambos com um ao outro a agradecer por seus títulos. Esse “jogo” criado pelo editorial, ecoando sentidos e criando relações semânticas, é o processo de tensão entre a paráfrase e a polissemia descritos por Eni Orlandi:

Todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (Orlandi, 1999, p. 36).

Assim como na economia nos anos 2000, Lula novamente apenas surfou em uma onda: a rejeição do bolsonarismo foi o trunfo de sua campanha em 2022. A informação de que Lula seria o primeiro brasileiro eleito três vezes para a presidência abre o editorial, sendo introduzida logo após o seu nome. Bolsonaro, também, assim que citado nominalmente pela

primeira vez, no terceiro parágrafo, é descrito como primeiro presidente incumbente a perder a reeleição. Essa caracterização de ambos por seus ineditismos na história do país, com o retorno a esse mesmo espaço de dizer, caracteriza bem a repetição e ruptura observada por Orlandi.

A “firme e mais do que justificada rejeição” do eleitorado a Bolsonaro é explicada pelo editorial por seu “ímpeto autoritário, truculência, inoperância e desmazelo”. Um ponto importante dessa rejeição, contudo, é silenciado no editorial. Como coloca Fernando Antônio Azevedo, Bolsonaro “fracassou em sua agenda liberal, não entregou todas as reformas pedidas pelo mercado, o que poderá abrir dissidências no eleitorado liberal” (2021, p. 97). A agenda econômica defendida pela Folha não foi entregue pelo incumbente. O texto segue em ataque ao legado petista nos parágrafos seguintes, destacando:

SD3: O presidente eleito – com a menor margem de votos desde a redemocratização – é também rejeitado por parcela expressiva e influente da sociedade

Vemos na terceira sequência discursiva um jogo de sentidos implícito que pontua a vitória do presidente e a consequente legitimidade do seu governo como *menor*. Essa construção se confirma em seguida: “por tudo isso, Lula precisa dar mostras imediatas de responsabilidade orçamentária e disposição de rumar ao centro, política e economicamente”. Eleito com uma curta margem de seu adversário e com um setor amplo e, especialmente, *influyente* da sociedade contra si, Lula deveria se acautelar, se neutralizar enquanto um político de esquerda.

A parcela “expressiva e influente” da sociedade a qual a Folha se refere em sua SD3 pode ser lida como um estrato com duas partes: de um lado, os resquícios do lavajatismo e do bolsonarismo na sociedade, que levaram a uma alta rejeição de Lula, que segundo o Datafolha subiu rapidamente no decorrer da campanha e chegou a 46% em outubro de 2022 (Folha de S. Paulo, 2022, *online*); do outro, o que seriam as *elites* do país.

Na primeira parcela, temos uma grande fatia da população que, como coloca Jessé Souza em seu livro *A Elite do Atraso*, foi “feita de imbecil”. A Operação Lava Jato, amplamente descrita como espetáculo midiático nos estudos de comunicação desde sua conflagração, foi reduzida enormemente pelo Ministério Público e teve decisões revistas pelas cortes com o vazamento de conversas que apontaram uma coordenação entre a promotoria e o judiciário, o último personificado em Sérgio Moro, que veio a se tornar ministro no governo Bolsonaro. Apesar de ter sido parte desse processo de exposição, a Folha

de S. Paulo omite de seu editorial, ao falar em escândalos de corrupção nas administrações de Lula, as consequências dessa coordenação do lavajatismo – apontando apenas a sua induzida indignação popular. Como pontuou Jessé em seu livro, lançado anos antes do vazamento das conversas da força-tarefa da lava-jato:

A servidão da classe média e de suas frações mais conservadoras à elite, que as explora e as usa para a reprodução de seu poder cotidiano, é conseguida por meios simbólicos. Em vez do cassetete da polícia, temos aqui a manipulação midiática das necessidades de autolegitimação da classe média transmutadas em defesa da moralidade estreita da suposta corrupção patrimonialista (Souza, 2017, p. 119-120).

É a essa classe média, a “nova classe média” que teve sua mobilidade social principalmente no decorrer dos governos petistas, que o editorial se refere como a parcela “expressiva” da população que rejeita Lula. A mesma classe que perdeu paulatinamente o seu poder aquisitivo, das “Jornadas de Junho” até à pandemia de Covid-19. Essa “nova classe média” é o que veio a se tornar, mais tarde, a “nova direita” brasileira, com três vertentes: os pentecostais, os institutos liberais criados por forças empresariais e o movimento articulado em torno de Jair Bolsonaro (Gentile, 2018, p. 95-96).

Enquanto discorre sobre as acusações que levaram à alta rejeição de Lula, uma ausência chama a atenção no editorial do veículo: a informação de que o mesmo esteve preso por 580 dias, respondendo a um processo da Lava Jato que, após dano à sua reputação, foi extinto. Vamos visualizar essa ausência pela lente da Análise do Discurso como aquilo que Eni Orlandi definiu como o *silêncio*.

Na AD, o silêncio é fundante. Fugindo da leitura do silêncio como mera *ausência de linguagem*, que se agarra a uma primazia da linguagem verbal que, como coloca a autora, é abundante na cultura ocidental (Orlandi, 1992), a professora coloca a própria linguagem como *excesso*. O silêncio *é*, o silêncio *significa*. “A linguagem é a conjunção significante da existência e é produzida pelo homem, para domesticar a significação” (Orlandi, 1992, p. 32). Ao optar não falar sobre a prisão de Lula, a Folha de S. Paulo faz um tipo específico de silêncio, uma política de silenciamento. “A diferença do silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz, e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão, ele significa em (por) si mesmo” (Orlandi, 1992, p. 73).

Parte fundamental da persona política de Lula pós-Lava-Jato, sua prisão é deixada de fora do editorial da Folha por uma opção em não resgatar o envolvimento do próprio jornal em sua deflagração e, conseqüentemente, com a expansão do lavajatismo no país. Foram

eventos como a prisão de Lula que “foram ‘aproveitadas’ politicamente para canalizar o ódio às esquerdas em geral e ao PT em particular, transformando-o na origem da corrupção no Brasil e todos seus membros em corruptos exclusivos” (Indursky, 2019, p. 4). Esse silenciamento da Folha já havia sido observado antes, e quando confrontada com as evidências de parcialidade no processo durante o vazamento das conversas do MPF e de Moro ela manteve esta posição de ambiguidade:

[...] a Folha mantém maior distanciamento. Nesse distanciamento, ora critica um lado, ora outro, defende o equilíbrio nas decisões institucionais sobre o assunto e mantém-se neutra a maior parte do tempo – posição que, de forma mais sutil e menos explícita, se confirma na maior parte do material noticioso (Chagas, 2021, p. 106)

Tal silêncio sobre o que poderia ser uma parcialidade do jurista também evitaria suscitar a discussão da própria parcialidade da mídia e o mito do jornalismo imparcial, amplamente estudado nas teorias da comunicação. Desde seu primeiro projeto editorial, a Folha menciona a impossibilidade de se atingir a objetividade total, mas afirma manter o mesmo como um norte utópico para suas produções.

Agora tratando sobre o segundo estrato da sociedade brasileira que rejeitaria o então presidente-eleito, a parcela “influente” da sociedade, voltamos à obra de Jessé Souza, que definiu uma adjetivação para a elite brasileira, a *elite do atraso*, como título. Esse comportamento de influenciadora das elites nacionais é descrita pelo autor em seu livro da seguinte forma:

A elite econômica precisa travestir seus interesses de proprietário em suposto interesse geral para garantir o controle da reprodução social, mantendo seus privilégios. Apesar de controlar os meios de produção material e também os meios de produção simbólicos, como jornais e editoras, a tarefa, ainda assim, não é fácil. O dinheiro quer se reproduzir sempre aumentando sua quantidade, o que significa, quase sempre, que outros estão perdendo nessa conta (Souza, 2017, p. 68).

Enquanto desconstrói alguns paradigmas da sociologia nacional e descreve a natureza das elites brasileiras como cooptadora da classe média, como exposto acima, a tese de Souza se emaranha em uma contradição que se expõe ao final do trecho em destaque: sempre alguém está perdendo enquanto alguém ganha, e isso torna esse trabalho de produção simbólica não tão fácil. Tratar as elites brasileiras como um bloco monolítico, inclusive tratando como *a elite*, simplifica uma problemática complexa e dá a esse estrato social um *status* mitológico que pode ser desmobilizador para as oposições.

Ao dizer em seu editorial que a oposição de uma parcela *influyente* da sociedade seria um desafio para seu governo, a Folha cria a mesma armadilha que Jessé Souza, da

onipotência da força da elite. Nisso está presente outro silenciamento do jornal: de que seria ele, também, parte da – não monolítica, mas ainda assim real – parcela “influyente” da sociedade que faz oposição, se não à figura do petista, ao seu projeto de governo e ideias. A ida ao centro, colocada no editorial como um conselho para navegar a oposição, seria uma exigência vinda da própria oposição – isto é, do jornal.

4. Ao Centro e a defesa do neoliberalismo

Selecionamos, para esta seção, mais três sequências discursivas do editorial para analisar como o texto da FSP trata as políticas e pautas que elegeram Lula.

Tabela 2: Sequências discursivas do editorial da FSP sobre posicionamento de Lula

SD	Texto
SD4	[Lula é] também rejeitado [...] pela pauta ideológica abraçada por vezes de forma intolerante pelo PT
SD5	O ímpeto autoritário, a truculência, a inoperância e o desmazelo de Bolsonaro facilitaram a campanha de Lula, que se deu ao luxo de sonegar ao eleitor o detalhamento de seus planos econômicos para um governo que se afigura difícil.
SD6	Lula precisa dar mostras imediatas de responsabilidade orçamentária e disposição de rumar ao centro, política e economicamente

Fonte: produção autoral, 2023.

Quando fala sobre os motivos para a rejeição dos governos petistas anteriores, a FSP se afasta da discussão majoritariamente econômica do editorial para fazer a primeira consideração sobre outra área da política petista.

Na SD4, observamos que o veículo também responsabiliza a “pauta ideológica”, sendo cunhada por vezes também como “pauta de costumes”, pela rejeição alta do petista. A presença da “guerra cultural” no cenário político é antiga, mas ganhou contornos mais fortes com a ascensão de Jair Bolsonaro no Brasil e, claro, da já mencionada “nova direita” globalmente. Dentre os três estratos de nova direita citados por Gentile (2018), temos os

pentecostais e os seguidores de Jair Bolsonaro, dois grupos com intersecções fortes – mas não totais. Ambos são marcados, contudo, pelo conservadorismo nos costumes, que vai na contramão – quase sempre – com a pauta de costumes do petismo, e gera uma amálgama contraditória com o liberalismo econômico dentro do contexto nacional.

Essa contradição, contudo, não é absoluta. Conforme explicita Mattos e Silva (2021), um elemento que une essas duas mentalidades é a essência antidemocrática de ambos. Embora o neoliberalismo se apresente como amoral, valores e instituições de socialização intrinsecamente morais são essenciais para a sobrevivência desse sistema, como a família e as igrejas (Mattos e Silva, 2021, p. 12).

A lógica conservadora que se opõe ao que seria a pauta de costumes petista nasce de um neopentecostalismo que acredita que a vinda de Deus para a terra ocorrerá quando a luta eterna entre o Diabo e Deus na terra for encerrada com a supremacia de um sobre outro. A pauta de costumes para esse grupo, logo, seria uma questão de garantia da salvação.

A teologia do domínio [...] pressupõe que Deus e o diabo se encontram em conflito permanente, tanto no plano espiritual quanto no terreno, sobre o controle do mundo. A tarefa do cristão, nesse contexto, seria não somente a obediência aos mandamentos bíblicos, mas também a guerra incansável contra demônios que se manifestam na cultura e nas artes, na educação, na imprensa, nos negócios, na política, na família e na própria religião. (Casarões, 2020, p. 11)

Como o seu próprio nome sugere, a teologia do domínio não é compatível com valores liberais como a pluralidade. A presença de outros valores, outros *costumes*, na sociedade, seja o casamento entre pessoas do mesmo gênero, a inserção feminina no mercado de trabalho ou a diversidade religiosa, seria um sinal da manifestação do maligno na Terra e, como tal, deve ser erradicada. Por exigir dominação e totalidade, a ideologia neopentecostal é autoritária.

Quando afirma que o governo Lula foi *intolerante* em sua pauta de costumes, o editorial implica uma falsa equivalência onde a liberalização de costumes é uma agressão à liberdade daqueles que são contrários à liberalização – o Paradoxo da Tolerância (Popper, 1947, p. 226, *tradução nossa*): “Se dermos tolerância ilimitada até para aqueles que são intolerantes, se não estivermos preparados para defender uma sociedade tolerante do ataque dos intolerantes, então os tolerantes serão destruídos – e a tolerância com eles”⁴.

⁴ No original: *If we extend unlimited tolerance even to those who are intolerant, if we are not prepared to defend a tolerant society against the onslaught of the intolerant, then the tolerant will be destroyed, and tolerance with them.*

A resistência que o editorial da Folha relata em suas páginas sobre a pauta de costumes do governo Lula também pode ser considerada exagerada. Em revisão bibliográfica sobre a militância da direita durante os governos petistas, as pautas de costume normalmente surgem como um detalhe frente a outras preocupações, como o manejo da economia e corrupção (Singer, 2013). Os próprios protestos até as Jornadas de Junho eram esparsos, como coloca Alonso (*apud Pedroso*, 2020, p. 234):

[...] na maior parte do governo Lula, as ruas estiveram tranquilas, isto é, com protestos médios e pequenos típicos de democracias. Isto se deve, em parte, ao fato de que, desde a vitória eleitoral do PT, os movimentos do campo socialista, protagonistas de manifestações desde a redemocratização, foram incluídos na administração pública.

Esse cenário de relativo pacifismo social em relação à pauta de costumes vem também de um processo de construção de um “presidencialismo de coalizão”, onde a esquerda governa sob o amparo de forças que, enquanto fisiológicas, se encontram também ligadas ao neopentecostalismo. Isso levou a administração petista a se afastar de pautas controversas. Conforme Irineu, as movimentações políticas na pauta de gênero, por exemplo, se trataram de uma “luta por direitos ancorados em uma concepção de cidadania LGBT respaldada na homofobia cordial, onde acreditou-se ser possível reunir em um mesmo lado do ‘jogo político’ Crivella, Marco Feliciano e setores do movimento LGBT” (2021, p. 581). Longe de ser intolerante, a pauta de costumes nos governos petistas foi repleta de inconsistências, silêncios e recuos – como no caso do kit anti-homofobia do MEC nos anos Dilma Rousseff.

Na construção desse discurso, então, há uma reinterpretação de acontecimentos históricos de décadas atrás. “A ideologia não é ocultação, mas interpretação de sentido em certa direção, direção esta determinada pela história” (Orlandi, 2007, p. 97). A determinação do sentido da Folha, pode-se dizer, é moldada aqui por uma eleição polarizada, uma ascensão de uma dita ‘nova direita’.

Apontar meramente a incongruência entre o discurso construído pelo texto em sua SD4 e o estado das relações sociais durante os primeiros anos do governo petista pode ser considerado aquilo que Eni Orlandi coloca como a “perfidia interpretativa”:

[...] considerar o conteúdo (suposto) das palavras e não – como deveria ser – o funcionamento do discurso na produção dos sentidos. Levando em conta esse funcionamento é que podemos perceber que o sujeito que produz linguagem e a exterioridade que o determina marcam [...] toda a produção de sentidos (2007, p. 95).

É importante destacar, então, que além de reconfigurar as relações de forças políticas do passado em seu texto, o editorial o faz com uma agenda. Ao produzir um discurso que visualiza com uma lente contemporânea as problemáticas existentes no início do século, durante os primeiros governos lulistas, o texto torna mais intenso o atrito social entre as forças conservadoras de então e alguns projetos políticos – majoritariamente malfadados – da Presidência da República. A visão contemporânea de que os governos petistas sempre tiveram uma agenda de costumes “intolerante” é comum em meio a setores ligados ao conservadorismo que ganharam força nos últimos anos, setores que agora constituem a “parcela expressiva” de oposição ao presidente.

O editorial retorna à pauta econômica na próxima sequência discursiva. Nela, é criado um híbrido entre a defesa de políticas econômicas liberais e uma versão da formação discursiva do *Boom* Econômico, que atribui uma herança e cenários favoráveis ao sucesso das primeiras gestões petistas, agora com um legado que facilita a eleição, ao invés de um que torna a economia mais favorável:

SD5: O ímpeto autoritário, a truculência, a inoperância e o desmazelo de Bolsonaro facilitaram a campanha de Lula, que se deu ao luxo de sonegar ao eleitor o detalhamento de seus planos econômicos para um governo que se afigura difícil.

Lula já havia dado alguns sinais em relação à sua política econômica, leia-se: a nomeação de nomes ‘do mercado’ e ‘ortodoxos’ para sua equipe econômica durante a campanha, a colocação, em linhas gerais, de diretrizes econômicas em seu plano registrado no TSE, e até alguns pontos mais específicos, como o reajuste anual da tabela do IRPF e o afastamento de privatizações. Esse tipo de definição, vaga e abrangente, não é muito diferente do praticado em outras eleições e por outros candidatos no país.

Elis Radmann (2001) explica em sua tese sobre o comportamento eleitoral do brasileiro que mundo afora existem várias teorias que buscam compreender como o cidadão vota como vota. No Brasil, contudo, traçar essa relação é sempre um desafio e visões como a economicista, que diz que o voto é dado majoritariamente de forma racional e de acordo com a condução econômica de certos candidatos, não é visível no país.

“A maioria das análises voltadas para identificar a consistência ideológica do eleitorado só encontrou alguma articulação entre os eleitores de posição socioeconômica alta ou em setores muito específicos da população estudada” (Castro *apud* Radman, 2001, p. 44-45). O público-alvo da Folha de S. Paulo seria, então, parte das parcelas específicas da população que teriam interesse ainda maior na condução econômica de um candidato. Como

afirma Van Dijk sobre o gênero editorial: “Sua influência pode não se basear tanto na influência popular massiva, mas sim em sua influência sobre as elites⁵” (1996, *online*).

O uso do termo *sonegar* em específico pelo editorial também evoca ideias no público brasileiro. Essa deriva de sentidos é causada pelo que se denomina na Análise do Discurso como *memória discursiva*. Leia-se: “a noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (Courtine, 2022, *online*, destaques constam no original).

Dois conceitos basilares para compreender a construção da memória discursiva são o intradiscurso e o interdiscurso, o primeiro seria a própria formulação da enunciação, quando se diz *a* e não *b*, *ocupação* e não *invasão*, por exemplo. Pressupõe-se, assim, que todo discurso tem em si um silêncio que é fundante. Já o interdiscurso é “aquilo que se fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído” (Orlandi, 2009, p. 31).

Aqui, no intradiscurso, se entende o uso do termo *sonegar* como uma opção para *negar*; *segurar*; *negar*. No interdiscurso, porém, resgatamos a miríade de escândalos de corrupção que assolaram o país – especialmente nos últimos anos, com maior repercussão midiática e com a deflagração da Operação Lava Jato. Trata-se de um termo que evoca no sujeito uma conotação negativa, especialmente no contexto do noticiário político.

A Folha continua, em seguida, a discorrer sobre a política econômica e propostas do então presidente-eleito:

SD6: Lula precisa dar mostras imediatas de responsabilidade orçamentária e disposição de rumar ao centro, política e economicamente

Nesta sequência discursiva, a Folha coloca de forma mais clara e direta a conclusão propositiva apresentada em seu enquadramento do resultado das eleições presidenciais. Ecoando a construção escolhida para o título do editorial (i.e. “ao centro”), o veículo exige urgência na demonstração de sinais de um movimento de “desradicalização” do petista. Essa sede por uma disposição centralizadora do então presidente-eleito, colocada como um consenso dentro da estratégia argumentativa do jornal, reflete bem a hegemonia – aqui colocada em termos gramscianos – da posição do sujeito FSP. Alves (2010) explica o uso da hegemonia social:

⁵ No original: *Their influence may not so much be based on massive popular influence, as rather on their influence on the elites.*

Gramsci afirma que é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática. Ademais, ele ressalta que esta concepção do mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência, é desagregada e ocasional. Dessa adoção acrítica de uma concepção do mundo de outro grupo social, resulta um contraste entre o pensar e o agir e a coexistência de duas concepções do mundo, que se manifestam nas palavras e na ação efetiva (p. 74).

Aqui, a Folha, como todo jornal em seus editoriais, faz uso de sua posição de mídia hegemônica – isto é, que controla certa concepção de mundo tida como ‘comum’ – para fazer uma reivindicação em nome da sociedade que diz representar. O imperativo “*precisa*” na SD6, aqui, pode ser lido como um ultimato. É nesta sequência discursiva que a FSP sumariza seu discurso sobre a vitória eleitoral de Lula, leia-se: um presidente eleito sem propostas econômicas e por condições externas favoráveis (um incumbente *autoritário, truculento, inoperante*, como dito na SD5), e que por isso com autoridade limitada e que deve se adequar às demandas de uma *parcela expressiva e influente* da sociedade para garantir sua governabilidade.

5. Considerações finais

A Folha de S. Paulo, em seu editorial sobre a vitória do Presidente Lula no pleito de 2022, busca fazer uma análise da conjuntura política que, em suas linhas e entrelinhas, induz o leitor a enxergar o resultado das urnas com um sabor amargo na boca. Enquanto celebra a consagração da ‘alternância de poder e a solidez da democracia brasileira’, ecoando as próprias palavras do ex-sindicalista em pronunciamento no ápice da crise do Mensalão, o jornal fala em vitórias apertadas, oposição no Congresso e um histórico ideologicamente truculento.

Para cada ponto positivo das duas últimas gestões Lula, o jornal credita um fator externo, assim como credita o clima político deixado pelo incumbente Jair Bolsonaro pela sua vitória eleitoral, diminuindo, assim, o mérito da vitória.

Para esse efeito o texto também fala sobre a apertada margem de votos do petista, sobre a alta rejeição de seu nome nas ruas e da dificuldade que ele terá em dialogar com uma parcela ‘influente’ da sociedade brasileira – leia-se as elites econômicas e políticas, que em diferentes graus embarcaram na aventura autoritária da extrema-direita.

Com diversos imperativos, ‘*precisa*’, ‘*deve*’, ‘*não poderá*’, a Folha indica que o PT não tem permissão para perseguir seu programa de governo (que foi ‘*songado*’ ao público) nem pode repetir os passos do passado em ir atrás de uma pauta de costumes que o editorial

avalia ‘intolerante’. Enquanto democraticamente e constitucionalmente legítimo, o governo tem, aos olhos do conselho editorial do jornal, uma legitimidade e validade condicionada aos pontos elencados pela ‘parcela influente’ da sociedade, com a qual o grupo midiático se confunde.

É importante pontuar que o editorial – e conseqüentemente este trabalho – não pôde computar os efeitos da tentativa de golpe do 8 de janeiro, e todas as conseqüências políticas do mesmo, que decerto não devem ter sido poucas. Mais estudos são necessários para avaliar o impacto deste evento e seus desdobramentos na relação da mídia com o petista e com a oposição, e como ela deve afetar as leituras e escritas sobre os pleitos seguintes.

Por fim, para a leitura de textos desta natureza, a Análise do Discurso se apresenta ferramenta poderosa para compreender os jogos de sentidos, a historicidade e a ideologia contida nas palavras. Com o editorial pós-eleitoral, foi possível fazer várias leituras sobre o sujeito (aqui a Folha de S. Paulo), sua relação com os tomadores de decisão e diferentes setores da sociedade, seus objetivos e suas avaliações sobre o cenário político. Enquanto o próprio editorial se informa de editoriais e textos passados, ele também deve ser parte do alicerce que construirá a cobertura política do jornal sobre o Executivo do maior país do continente.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A.; HOLZBACH, A. D. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S.Paulo. **Comunicação Mídia e Consumo**, [S. l.], v. 5, n. 14, p. 149–170, 2009. DOI: 10.18568/cmc.v5i14.141. Disponível em: <<https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/141>>. Acesso em: 17 abr. de 2023.

ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo. n. 80, p. 71-96, 2010. DOI: 10.1590/S0102-64452010000200004.

AMANTINO, A. K. **O mito da classe dominante**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

BARBOSA, I. P. A alta das commodities agrícolas e o estabelecimento do milagrinho na economia brasileira do governo Lula. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 145-161, 2020. DOI: 10.5380/cg.v9i2.75712. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/75712>>. Acesso em: 25 de abr. de 2023.

CASARÕES, Guilherme. Religião e Poder: a Ascensão de um Projeto de “Nação Evangélica” no Brasil?. **Interesse Nacional**, São Paulo, v. 13, n. 49, p. 9-16, 2020. Disponível em:

<<https://interessenacional.com.br/religiao-e-poder-a-ascensao-de-um-projeto-de-nacao-evangelica-no-brasil/>>. Acesso em 04 de maio de 2023.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância**. Disponível em:

<<https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml>>. Acesso em 17 de abr. de 2023.

_____. **Frustração com governo Bolsonaro e risco PT afetam cenário econômico, dizem especialistas**. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/frustracao-com-governo-e-risco-pt-afetam-cenario-economico-dizem-economistas.shtml>>. Acesso em 23 de set. de 2024.

_____. **Datafolha: 50% dizem não votar em Bolsonaro de jeito nenhum, ante 46% em Lula**. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-50-dizem-nao-votar-em-bolsonaro-de-jeito-nenhum-ante-46-em-lula.shtml>>. Acesso em 04 de maio de 2023.

GENTILE, F. A direita brasileira em perspectiva histórica. **Plural**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 92-110, 2018. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2018.149017. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149017>>. Acesso em: 4 maio. 2023.

IRINEU, B. A. A política pública LGBT na agenda dos governos PT no Brasil: Tensões entre o “ineditismo” e a política conciliatória. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 566–583, 2021. DOI: 10.5433/1679-4842.2021v24n2p566. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/39486>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MATTOS E SILVA, I. H. Liberal na Economia e Conservador nos Costumes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 36, n. 107, *online*, 2021. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gm56SyjkkQcyZrCZWs7rG7v/?lang=pt#>>. Acesso em: de maio de 2023.

MUNIZ, A. C. **As mudanças de linha editorial na Folha de São Paulo**. 1999. 183f. – Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 1999.

Disponível

em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1116>> Acesso em: 17 de abr. de 2023.

OLIVEIRA, Q. T. C.; FONSECA-SILVA, M. C.; BITTENCOURT, J. S. “Risco PT”: a discursivização na mídia sobre a elegibilidade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Revista Philologus, Rio de Janeiro, v. 27, n. 81 supl., p. 2282-2295, 2021. Disponível em:

<<https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/1039>>. Acesso em: 25 de abr. de 2023.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

_____. **As Formas do Silêncio**: No Movimento dos Sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PAPI, L. P.; MADEIRA, L. M.; JULIANO, M. C.; CALDIERARO, N. L. L. Mudanças ou desmonte em políticas sociais? Efeitos do governo Bolsonaro nas áreas de direitos humanos e assistência social. In: FARIA, C.A.P.; LIMA, L. L. (Org.). **As políticas públicas do Governo Bolsonaro**. Porto Alegre: Jacarta Produções, 2024. p. 192-223.

PECHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. São Paulo: Editora da Unicamp, 1988.

PEDROSO, R. T. A participação política na “era Lula” revisitada: Novas agendas de pesquisa. **Revista Mosaico**, [S. l.], v. 12, n. 18, p. 222-237, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12660/rm.v12n18.2020.81492>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

POPPERS, K. R. **The Open Society and its Enemies vol. 1: The Spell of Plato**. Londres: George Routledge & Sons, Ltd, 1947.

RADMANN, E. R. H. **O Eleitor Brasileiro: Uma Análise do Comportamento Eleitoral**. Orientador: Marcello Baquero. 2001. 285 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3765>>. Acesso em 11 de julho de 2023.

ROTH, N. T. **O Discurso da Folha de S. Paulo em Três Momentos de Tensão da Política Brasileira: Uma Análise dos Editoriais**. 2018. 91f. – Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, curso de Comunicação Social, São Leopoldo (RS), 2018. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/11223/Nicole%20Tha%C3%ADs%20Roth.pdf>> Acesso em 17 de abr. de 2023.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, 2013. DOI: 10.1590/S0101-33002013000300003.

SOUZA, Jéssé. **A Elite do Atraso: Da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

VAN DIJK, T. A. Opinions and Ideologies in Editorials. **Discursos en Sociedad**, 1996. Disponível em: <<http://www.discursos.org/unpublished%20articles/Opinions%20and%20ideologies%20in%20editorials.htm>>

ZAMIN, A. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 918–942, 2015. DOI: 10.15448/1980-3729.2014.3.16716. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/16716>>. Acesso em: 25 abr. de 2023.